



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 26/07/2024. Publicação: 29/07/2024. Nº 140/2024.

ISSN 2764-8060

- VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;
- VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)
- § 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.
- § 2º O não-oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.

CONSIDERANDO as disposições constantes nos artigos 1º, 4º e 201, todos da Lei n.º 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), bem como no art. 227, da Constituição Federal, que asseguram à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, a efetivação, por parte da família, da sociedade e do Poder Público, de todos os direitos fundamentais garantidos na própria Constituição Federal e no ECA;

CONSIDERANDO que esta Promotoria de Justiça tomou conhecimento acerca de irregularidade no funcionamento da Escola osvaldino José de Sousa, em peri de Baixo, Bacabeira/MA, referente a ausência de formalização/legalização da Escola Osvaldino José de Sousa (situada em Peri de Baixo, Bacabeira/MA), enquanto escola municipal cívico-militar, ou seja, embora esteja estruturalmente organizada pedagogicamente e materialmente, e em pleno funcionamento, desde 2023, como escola cívico-militar, ainda não possui Termo de Cooperação Técnica entre o Município de Bacabeira e o Estado do Maranhão/Secretaria de Segurança Pública;

CONSIDERANDO que, após tomar conhecimento, foram expedidos Ofícios ao Conselho Estadual de Educação, Conselho Municipal de Educação e ao Comandante do Colégio Militar Corpo de Bombeiros IV, na cidade de Bacabeira/MA, à Secretaria Municipal de Educação de Bacabeira e ao Comandante Geral do Corpo de Bombeiros Militar, conforme Ofícios OFC-2PJROS-1002024, OFC-2PJROS-1012024;

CONSIDERANDO que, em abril de 2024, a Secretaria Municipal de Educação de Bacabeira informou existência de Termo de Cooperação de 2021 envolvendo o Complexo Educacional, bem como a realização de reuniões em 21 de março de 2024, com membros do Conselho Municipal de Educação, do CACS/FUNDEB, FME, Inspeção Escolar, Supervisão Escolar, Gestores da Unidade Escolar Osvaldino e Coordenadores da SECMED.

CONSIDERANDO que, em resposta ao OFC-2PJROS-1002024, o Comando Geral do CBMMA informou, em síntese, “No caso concreto, vê-se que, por alguma espécie de equívoco, a Escola Osvaldino José de Sousa (situada em Peri de Baixo, Bacabeira - MA) passou a ser utilizada nos moldes dos colégios militares do Corpo de Bombeiros Militares, mesmo sem a existência de TCT. Entretanto, visto a importância e significado da presença de uma escola militar em pleno funcionamento na cidade de Bacabeira, não seria justo aos alunos, pais e à própria sociedade, simplesmente extinguir a existência da escola por um vício de formalidade, qual seja, a existência do TCT. Nesse sentido, o CBMMA tem o interesse em garantir a permanência da escola, frisando o fato de que a Supremacia do Interesse Público será mantida”.

CONSIDERANDO a necessidade de acompanhar as tratativas acerca da regularização da a Escola Osvaldino José de Sousa (situada em Peri de Baixo, Bacabeira - MA), enquanto Colégio Militar do Corpo de Bombeiros Militares;

CONSIDERANDO que, nos termos da Resolução CNMP nº 174, de 04 de julho de 2017, o Procedimento Administrativo Stricto Sensu é instrumento apto para acompanhar e fiscalizar, de forma continuada, políticas públicas ou instituições;

RESOLVE:

- Instaurar PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO STRICTO SENSU com o objetivo de acompanhar a regularização da Escola Osvaldino José de Sousa (situada em Peri de Baixo, Bacabeira - MA), enquanto Colégio Militar do Corpo de Bombeiros Militares;
- Encaminhar a presente Portaria para publicação no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado do Maranhão, nos termos do Ato Regulamentar nº 017/2018-GPGJ;
- Expedição de Ofício ao Comando Geral do Corpo de Bombeiros solicitando informações acerca do Termo de Cooperação Técnica para fins de regularização da Escola Osvaldino José de Sousa (situada em Peri de Baixo, Bacabeira - MA), enquanto Colégio Militar do Corpo de Bombeiros Militares, considerando o que foi informado no Ofício nº 225/2024/GAB.CMDO/CBMMA.

Cumpra-se.

Rosário/MA, data da assinatura eletrônica.

assinado eletronicamente em 25/07/2024 às 12:46 h (*)

FABIOLA FERNANDES FAHEINA FERREIRA
PROMOTORA DE JUSTIÇA

SÃO JOSÉ DE RIBAMAR

REC-4ºPJSJR - 32024

Código de validação: 42EC06F2D3

O MINISTÉRIO PÚBLICO DE MARANHÃO, por meio da 4ª Promotoria de Justiça do Termo Judiciário de São José de Ribamar/MA, da Comarca da Ilha de São Luís/MA, no uso das suas atribuições legais, com fulcro no artigo 129, inciso II, da



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 26/07/2024. Publicação: 29/07/2024. Nº 140/2024.

ISSN 2764-8060

Constituição Federal c/c artigo 26, § 1º, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 13/91 e suas alterações, artigo 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei nº 8.625/93, além do artigo 201, inciso VIII, da Lei nº 8.069/90 e, ainda,

CONSIDERANDO que, nos termos do artigo 127 da Constituição Federal, incumbe ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO que, de acordo com o artigo 131 da Lei nº 8.069/90, o Estatuto da Criança e do Adolescente, “O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos nesta Lei”;

CONSIDERANDO que, nos termos do artigo 132 do ECA, “Em cada Município e em cada Região Administrativa do Distrito Federal haverá, no mínimo, 1 (um) Conselho Tutelar como órgão integrante da administração pública local, composto de 5 (cinco) membros, escolhidos pela população local para mandato de 4 (quatro) anos, permitida recondução por novos processos de escolha”;

CONSIDERANDO que o Ministério Público, enquanto instituição destinada constitucionalmente a “zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia” (artigo 129, inciso II, da CF), além de ser responsável pela defesa do regime democrático (artigo 127, caput, da CF) tem como dever institucional garantir o regular funcionamento dos Conselhos Tutelares;

CONSIDERANDO que a Lei Federal nº 9.504/97, que estabelece normas eleitorais, ao proibir as condutas que possam afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais, proibiu, dentre outras condutas “usar materiais ou serviços, custeados pelos Governos ou Casas Legislativas, que excedam as prerrogativas consignadas nos regimentos e normas dos órgãos que integram” e ainda “fazer ou permitir uso promocional em favor de candidato, partido político ou coligação, de distribuição gratuita de bens e serviços de caráter social custeados ou subvencionados pelo Poder Público”;

CONSIDERANDO, ainda, que a Lei Federal nº 9.504/97, no seu artigo 73, § 1º, definiu o que se entende por agente público da seguinte forma: “Reputa-se agente público, para os efeitos deste artigo, quem exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nos órgãos ou entidades da administração pública direta, indireta, ou fundacional”;

CONSIDERANDO que, conforme o artigo 135 do ECA, “o exercício efetivo da função de conselheiro (tutelar) constituirá serviço público relevante”, o que torna indiscutível ser o Conselheiro Tutelar um servidor público “lato sensu”;

CONSIDERANDO o § 4º do artigo 73 da Lei 9.504/97, que prevê punições, a exemplo de multa, a quem praticar alguma das condutas vedadas pela legislação eleitoral;

CONSIDERANDO que a Resolução 231 do CONANDA dispõe, em seu artigo 41, parágrafo único, inciso III, que é vedado ao Conselheiro Tutelar utilizar-se do Conselho Tutelar para o exercício de propaganda e atividade político-partidária;

CONSIDERANDO que o Conselheiro Tutelar que praticar alguma das condutas a ele vedadas estará sujeito às penalidades administrativas de advertência, suspensão do exercício da função e destituição do mandato, a depender da natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para a sociedade ou serviço público, os antecedentes no exercício da função, entre outras variáveis, conforme artigos 44 e 45 da Resolução 231 do CONANDA, bem como no disposto na legislação municipal;

CONSIDERANDO, por fim, tratar-se o corrente ano de ano eleitoral, no qual surgem questionamentos acerca da conduta do Conselheiro Tutelar, no exercício da função;

CONSIDERANDO, ainda, que o artigo 73, inciso III da Lei Federal nº 9.504/97, não veda aos servidores público o exercício de atividade político-partidária, desde que fora do expediente de trabalho;

CONSIDERANDO, no entanto, a relevância da função de conselheiro tutelar, que muitas vezes é equiparado ao Ministério Público e ao Juiz da Infância e Juventude, como se vê dos artigos 95, 236 e 249, todos do Estatuto da Criança e do Adolescente, in verbis:

Art. 95. As entidades governamentais e não-governamentais referidas no art. 90 serão fiscalizadas pelo Judiciário, pelo Ministério Público e pelos Conselhos Tutelares; (G.N.)

Art. 236. Impedir ou embaraçar a ação de autoridade judiciária, membro do Conselho Tutelar ou representante do Ministério Público no exercício de função prevista nesta Lei:

Pena - detenção de seis meses a dois anos; (G.N.)

Art. 249. Descumprir, dolosa ou culposamente, os deveres inerentes ao poder familiar ou decorrente de tutela ou guarda, bem assim determinação da autoridade judiciária ou Conselho Tutelar: (G.N.)

Pena - multa de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência;

CONSIDERANDO que, embora não seja vedada a livre manifestação político-partidária por membro do Conselho Tutelar, conclui ser razoável que a mesma seja realizada com moderação, discrição e comedimento, tendo em conta a natural não individualização entre a função de Conselheiro Tutelar e a pessoa;

CONSIDERANDO que o exercício descomedido da manifestação político-partidária por membro do Conselho Tutelar, embora não seja vedado, pode implicar em condutas outras passíveis de punição.

RESOLVE RECOMENDAR AOS CONSELHEIROS TUTELARES DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR/MA:

1. Que não realizem propaganda política nas dependências do Conselho Tutelar, e não se utilizem indevidamente de sua estrutura para realização de atividade político partidária (art. 41, III, da Resolução nº 231/CONANDA);
2. Que evitem a realização de vídeo, áudio ou qualquer meio fotográfico ou audiovisual com candidatos durante o período eleitoral;
3. Que evitem, quando participando de passeatas, carreatas ou manifestações correlatas, qualquer anúncio que o identifique como Conselheiro Tutelar;



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 26/07/2024. Publicação: 29/07/2024. N° 140/2024.

ISSN 2764-8060

4. Que evitem manifestações de apoio a candidatos em redes sociais com a utilização explícita da palavra “Conselheiro Tutelar”, de forma a não deixar dúvida de se tratar de manifestação pessoal, desconectada do cargo de Conselheiro Tutelar.

DETERMINA, por fim, a remessa de cópia da presente Recomendação:

- a) Ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de São José de Ribamar/MA;
 - b) Aos Conselhos Tutelares para ciência e recebimento;
 - c) Ao Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Maranhão, via e-mail institucional, para fins de publicação;
 - d) Ao Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude, via e-mail caopij@mpma.mp.br, para ciência;
- Publique-se. Registre-se. Arquive-se em pasta própria.
São José de Ribamar, data do sistema.

assinado eletronicamente em 18/07/2024 às 15:14 h (*)

PATRICIA PEREIRA ESPINOLA
PROMOTORA DE JUSTIÇA